

Estamos diante de uma conjuntura especial na qual se somam fatores como a existência do segundo mandato do governo Lula, com elevado índice de apoio popular e com uma base política mais conservadora. A importância que o governo atribui, neste segundo mandato, ao desenvolvimento do país, associada às metas de redução da pobreza, são alentadores para aqueles que buscam uma sociedade mais justa.

No entanto, a perspectiva governamental sobre as políticas sociais não tem se traduzido em fortalecimento das políticas e sistemas universais, seja no que se refere ao maior financiamento ou à recuperação das carreiras públicas, às instituições prestadoras de serviço ou ainda à solução da desigualdade na oferta e qualidade dos serviços.

Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional tem se mobilizado pela aprovação da regulamentação da EC-29, embora esta luta não comprometa muitos parlamentares com a defesa do SUS.

Foi importante a escolha de um ministro como Temporão, comprometido com o ideário da Reforma Sanitária, cuja capacidade técnica e habilidade política, em pouco tempo, colocaram a saúde na agenda do governo e da sociedade.

É nesta conjuntura dúbia, que apresenta sinais favoráveis e desfavoráveis à retomada da Reforma Sanitária, que devemos identificar os pontos de inflexão estratégicos para seu redirecionamento.

A questão fundamental, para nós, reside na dissociação entre o governo e suas políticas públicas de

uma base social progressista. Esta dissociação terminará por se refletir nas prioridades e na condução dos processos decisórios e na implementação das políticas, distanciando o governo dos anseios da sociedade civil organizada que defende uma sociedade democrática e inclusiva. Não há governo progressista sem articulação com a sociedade civil e esta postura implicará, no curto e médio prazo, em riscos de perda de conquistas democráticas em termos da construção da institucionalidade do Estado com impactos na distribuição e exercício do poder.

O governo pretende ser progressista e socialmente avançado sem necessitar uma relação orgânica com uma base social que lhe permita avançar neste sentido. Ao contrário, cada vez mais está inserido nos meandros do jogo tradicional do poder, no qual os setores conservadores sempre dominaram.

A idéia de uma política progressista dissociada de sua base social e da sociedade em geral também deve ser aplicada ao SUS. Cada vez mais, o SUS é visto como uma questão do governo e não da sociedade, apesar de a Reforma Sanitária ter nascido na sociedade para se impor aos governos. Predomina a lógica do gestor sobre as necessidades e sofrimentos da população. Mesmo os mecanismos de participação e co-gestão passam a ser apropriados por interesses particulares e/ou desvalorizados pelos gestores.

O divórcio entre o sistema de saúde e a sociedade é perpetrado pela contínua e maciça atuação da mídia em prol do asseguramento e da atenção privada. A população não se identifica com o SUS e, quando pode, migra para serviços privados, mesmo que de qualidade duvidosa.

Retomar o projeto da Reforma Sanitária, na conjuntura atual, é superar esta dissociação entre Estado e sociedade, entre governo e forças sociais organizadas, entre as políticas e o sistema público e as necessidades e aspirações da população.

Este é, para o CEBES, o eixo que deve articular todos os pontos de inflexão estratégica, de forma a voltar a dar organicidade ao projeto da Reforma e respostas efetivas aos desafios atuais.

É neste sentido que propomos esta reflexão conjunta, que nos permita construir uma agenda comum. A oportunidade da realização da 13ª CNS não pode ser desperdiçada; apesar de todos os equívocos na sua condução, ela ainda representa a possibilidade de buscarmos este caminho.

Passados cerca de duas décadas da realização da 8ª CNS e da promulgação da Constituição Federal de 88, marcos da democratização da sociedade brasileira e da saúde, nos preparamos para mais um momento importante, representado pela realização da 13ª CNS.

Consideramos que este momento é crucial para a democratização da saúde e que precisa ser valorizado pela sua capacidade de manter vivo o espírito de movimento da Reforma Sanitária, responsável

pela agregação dos interesses particulares em torno de um projeto comum, o que tem sido a grande força mobilizadora e de resistência da Reforma.

No entanto, depois de tantos anos de institucionalização do SUS e de seus mecanismos de gestão, participação, controle, regulação e pactuação, é necessário que possamos refletir sobre o quanto a institucionalidade que foi criada tem sido capaz de dar conta do projeto da Reforma Sanitária, adaptando-o às novas conjunturas e demandas que se apresentam na sociedade brasileira. Mais ainda, somos levados a nos indagar sobre a capacidade de transformação e inovação que tais formatos e práticas apresentam de fora a responder a três questões estratégicas:

- 1- É POSSÍVEL CONSTRUIR UM SISTEMA UNIVERSAL EM UMA SOCIEDADE COMO A BRASILEIRA?
- 2- A INSTITUCIONALIDADE CONSTRUÍDA PARA O SUS DÁ CONTA DE RESPONDER AOS PRINCÍPIOS DA REFORMA SANITÁRIA?
- 3- QUAIS OS PONTOS DE INFLEXÃO ESTRATÉGICA QUE DEVEM SER ASSUMIDOS COMO CENTRAIS NO DIRECIONAMENTO DA REFORMA?

Veja o documento do CEBES neste número.

A DIRETORIA NACIONAL